RESISTÊNCIAS JUVENIS NUM VALE DE ESPERANÇAS: O enfrentamento a pandemia de Covid-19 por jovens de assentamento rural em Teresina-PI, frente às fragilidades das políticas públicas

Rayane de Moura Santos[1]

RESUMO

Este artigo é parte de uma investigação realizada com jovens do assentamento rural Vale da Esperança em Teresina-PI entre os anos de 2018 e 2021. O intuito aqui é compreender como jovens Vale enfrentaram os efeitos da pandemia de Covid-19[2], por meio de pesquisa qualitativa. A realidade do Vale, anterior à pandemia, dava sinais dos inúmeros problemas estruturais relacionados às políticas públicas voltadas às juventudes rurais, e a pandemia de Covid-19 só evidenciou todas essas desigualdades. No entanto, os jovens do Vale também demonstraram o grande protagonismo da juventude rural na resolução de crises. Encararam a pandemia de maneira criativa, desenvolvendo estratégias colaborativas para melhor desenvolvimento da comunidade, evidenciando seu potencial em colaborar com a construção das políticas públicas que respondem às suas demandas.

Palavras-chave: Juventudes Rurais. Políticas públicas. Covid-19.

ABSTRACT

This article is part of an investigation carried out with young people from the rural settlement Vale da Esperança in Teresina-PI between 2018 and 2021. The aim here is to understand how young people in Vale faced the effects of the Covid-19 pandemic, through qualitative research. The reality of the Valley, prior to the pandemic, showed signs of numerous structural problems related to public policies aimed at rural youth, and the Covid-19 pandemic only highlighted all these inequalities. However, young people in the Valley also demonstrated the great role of rural youth in solving crises. They faced the pandemic in a creative way, developing collaborative strategies for better community development, showing their potential to collaborate with the construction of public policies that respond to their demands.

Keywords: Rural Youths. Public policy. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

[1] Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens – NUPEC/UFPI; Assistente Social e Mestre em Sociologia, ambos pela UFPI; rayanesantos_as@hotmail.com.

[2] COVID-19, do inglês Coronavirus Disease 2019, é uma doença infeciosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2).

Este trabalho é parte de uma investigação que objetivou compreender como os jovens do assentamento rural Vale da Esperança experimentam o lazer; vivencias e significados atribuídos aos seus lazeres, a partir de seus modos de vida, como jovens que são, nesse território rural. Foi realizada com jovens do assentamento rural Vale da Esperança em Teresina-PI, no nordeste do Brasil, entre os anos de 2018 e 2021, e tem como principal inspiração suas realidades. Assim, o intuito do presente artigo foi compreender como esses jovens enfrentaram os efeitos da pandemia de Covid-19, a partir de suas narrativas, relacionando às fragilidades das políticas públicas das juventudes rurais. A reflexão sobre este cenário se fundamentou em entrevistas e observações sistemáticas de seus cotidianos, dialogando sempre com estudos relacionados às juventudes rurais. A análise foi norteada pela compreensão de *juventudes*, materializada nas diferentes e diversas formas de ser jovem. Nesse sentido minha intenção foi colaborar com elementos para a análise da categoria *juventudes rurais* e suas relações com as políticas públicas em suas múltiplas construções.

A Covid-19 tem imposto às pessoas do mundo inteiro, uma série de desafios sem precedentes na história humana nos últimos 50 anos. Obviamente, são as demandas relacionadas às áreas de saúde, educação, trabalho e renda, aquelas mais difíceis de serem respondidas. A realidade imposta pela pandemia de Covid-19 trouxe graves consequências para a comunidade rural Vale da Esperança, que é um assentamento rural situado na zona rural sudeste de Teresina, a 27 km do centro da capital. É uma comunidade que têm quinze anos de uma história marcada por muitas lutas, desde sua formação como acampamento sem-terra vinculado ao MST (movimento dos trabalhadores sem-terra).

Nessa comunidade, vivem jovens que sofreram bastante os efeitos dessa pandemia, que escancarou as lacunas nas políticas públicas para as juventudes rurais. No Vale, um dos efeitos mais impactante observado na vida dos jovens da comunidade, foi a suspensão da Feira onde a comunidade vendia a maior quantidade da produção. No entanto, esses jovens do Vale da Esperança encontraram alternativas criativas para superar essa situação de crise, destacando todo o seu

potencial e protagonismo juvenil. São jovens que desenvolvem seus próprios modos de vida nessa comunidade.

2 SEMENTES DO VALE: as juventudes do Vale da Esperança

Como fio condutor para esta reflexão, parto da perspectiva de análise da juventude pensada como *condição* e como *modo de vida e fase da vida*. Pensar a juventude exige considerar suas múltiplas determinações e nos obriga a pensar em *pluralidade*. Ainda há de se considerar o contexto sócio histórico nos quais os jovens criam e recriam seus modos de vida, sua *condição juvenil*. Essas regularidades demarcatórias norteiam minha abordagem dos estudos sobre a juventude.

Como afirma Pais (2003), o significado de juventude não se encerra em um conceito de faixa etária, com suas características fixas e perfil próprio, mas é uma realidade construída a partir das várias expressões de identidades que transitam umas pelas outras e que assumem versões diferentes em espaços sociais diferentes comportando o que atualmente denominamos *juventudes*.

A juventude do Vale, organizada em um grupo de jovens intitulado *Sementes do Vale*, se caracteriza por sua fluidez, heterogeneidade e pluralidade, não sendo possível enquadramentos em padrões e limites demarcatórios pré-estabelecidos nos marcos de um conceito de juventude. Não estabelece limites etários fixos, ou outros marcadores de transição pré-estabelecidos comumente, como casamento, nascimento de filhos, saída da casa dos pais, independência financeira, entre outros. Estes jovens têm seus próprios atributos sociais, características que os fazem percorrer essa fase da vida, do modo único como as percorre. Nesse sentido, os atributos sociais das juventudes do Vale devem ser observados e analisados a partir de seus modos de vida, e não apenas sob a ótica do urbano, como é comum no estudo e estabelecimento de políticas públicas para as juventudes rurais em geral.

Nessa rota, um significativo espaço de construção de identidades juvenis diz respeito ao pertencimento territorial, sendo o rural um desses. No rural vive uma parcela de jovens brasileiros ainda pouco estudada e entendida. Desse modo, torna-se imperativo pensar esses sujeitos sociais que vivem, trabalham e desenvolvem

formas de vida nesse território. No entanto, é necessário considerar as transformações que têm ocorrido no rural brasileiro, tendo em vista processos de modernização da agricultura, fortalecimento das relações capitalistas no campo e os novos contornos na relação rural/urbano. Frente a tantas mudanças, a juventude rural figura como um dos grupos sociais mais atingidos por tais mudanças que alcançam o campo brasileiro, a relação dela, juventude, com a agricultura familiar.

Considerando o aspecto da heterogeneidade, tratado por Pais (2003), desperta minha atenção o modo como os jovens rurais ainda são tratados, no senso comum e, em certa medida, por alguns teóricos, como “inferior”, “ingênuo”, “matuto”, “ignorante”, “cafona”, “rude”, e por aí vai. Também como um grupo homogêneo, em oposição ao jovem urbano. Homogeneidade que contraria a diversidade presente no segmento juvenil. Nessas referências, identifico a invisibilidade das juventudes rurais.

Não obstante os olhares, reflexões e ações de políticas públicas, em sua maioria, são voltados para a óptica do urbano, em razão de a grande parte dos estudos sobre juventude abrangem apenas as realidades de jovens urbanos. Esquecendo-se de uma infinidade de outros jovens que experimentam a juventude de outras formas, diferentes dos moldes urbanos. Com essas bases, ao estudar outras experiências de juventude, como as rurais, vendo-as como urbanas, tenta-se apenas encaixá-las em uma teoria de perspectiva urbana. Esse movimento gera problemas. Dentre os quais, o acirramento e agravamento das desigualdades sociais existentes entre as juventudes rurais e urbanas, que colocam as juventudes rurais em posição de profunda inferioridade e esquecimento.

3 DILEMAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES RURAIS: a realidade das juventudes do Vale

As políticas públicas específicas, tanto para jovens rurais, quanto para jovens urbanos são normatizadas pela Lei 11.119 de junho de 2005, que instituiu a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, primeiros passos para a constituição de uma Política Nacional de Juventude (PNJ). De acordo com essas

normativas são considerados jovens, aqueles indivíduos que possuem a faixa etária compreendida entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Obviamente, essa delimitação de faixa etária não dá conta da amplitude de diversidade na realidade das juventudes, nem rurais, nem urbanas, tomando por base a realidade do Vale da Esperança, em que os jovens não estabelecem limites etários, ou quaisquer outros para ser jovem. Certamente a realidade que encontrei entre os jovens do Vale, não é isolada, mas reflete o modo de vida de muitos outros grupos juvenis, que tem por fundamento a pluralidade e a diversidade para o acolhimento de seus pares. Desse modo, é imperativa a necessidade de se repensar tais critérios etários no estabelecimento das políticas para a juventude, tendo em vista que, do modo em que está posto, muitos jovens estão sendo colocados à margem, excluídos e desassistidos.

Á juventude rural são delegados diversos estereótipos que os colocam em lugar de inferioridades. E em relação às políticas públicas, o lugar que os jovens rurais ocupam não é diferente, observa-se a fragilidade de tais políticas. Há um verdadeiro processo de esquecimento, o que só reforça a invisibilidade social e acirra ainda mais as desigualdades sociais em que estão inseridos.

Carneiro (1998) descreve a invisibilidade como fator de exclusão do jovem rural, uma vez que historicamente, boa parte das políticas públicas têm negligenciado os jovens, especialmente, os jovens rurais. Segundo o Conjuve (2006), essa fragilidade relaciona-se à não priorização de grupos específicos ou minoritários, tendo em vista que, problemas como a sucessão e o êxodo rural são barreiras à serem enfrentadas no Brasil. O que não responde a contento à sistemática negligência na assistência às juventudes rurais brasileiras, no que diz respeito, por exemplo, às precárias condições de acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à renda, ao lazer e outras políticas que permeiam a vida desses indivíduos.

Para Castro (2016, p. 100), foram entre os anos de 2005 e 2015 que diversas ações do governo associado à sociedade civil “ [...] trouxeram a juventude para o centro do debate dos rumos para o desenvolvimento brasileiro [...]”, a partir da formação de uma agenda de ações relacionadas às questões juvenis, dando visibilidade à essa categoria e um novo status na agenda governamental. Embora

tenham havido avanços, Castro (2016, p. 101) afirma que ainda permaneceram retrocessos e limites em relação à diversas pautas da juventude, particularmente, a rural, como as possibilidades reais de escolarização e acesso à terra e à renda, que são caminhos concretos para a construção da autonomia dos mesmos. Esses são desafios cotidianos na vida do jovem rural, que representam barreiras para sua liberdade e possibilidade de escolha.

Os jovens do Vale sofrem os efeitos dessa negligencia e esquecimento das políticas públicas para as juventudes rurais, com o precário acesso à escolarização, à terra, ao trabalho, à renda e à saúde, tendo que acessar essas políticas no território urbano, em boa parte das vezes. Questionam, em suas narrativas, a falta de escola e posto de saúde na comunidade, pois além do acesso a esses serviços básicos para toda a comunidade, para essa juventude, a criação desses serviços significaria a formação de novos postos de trabalhos para os próprios jovens da comunidade, no intuito de que eles não precisem ir buscar emprego na cidade. Além disso, questionam, a dificuldade de crédito fundiário e acesso à terra para jovens, alegando a enormidade de burocracia. Desse modo, a saída da comunidade se torna inevitável, como aponta esta jovem:

> E aí o que está acontecendo. Pelo fato de não está indo para frente mais o assentamento, como estava antes. Porque os jovens não veem lucro aqui dentro. Apenas aqui dentro. Aí, estão indo trabalhar fora. Aí, se encontram no final de semana sim, outro não, aí fica...Está se distanciando e está deixando de trazer benefício por conta disso. A gente não tem mais tempo para cá! A gente tem que ir buscar algo fora, infelizmente! (Jovem Sayonara, 20 anos, Vale da Esperança, 31.03.19).

Em busca da autonomia surge o processo de ida para a cidade no intuito de estudar para ter uma formação profissional. Na comunidade a educação é concentrada ao ensino técnico, relacionado à formação para o trabalho no campo. Além disso, por outro lado, a formação profissional que lhes é apresentada pela dialética urbana, como um requisito imprescindível, para alcançar seus projetos individuais, é outra (SILVA, 2016). No Vale, na narrativa de alguns jovens fica evidenciada a necessidade de buscar outras oportunidades de trabalho fora da comunidade, em geral na cidade de Teresina, tanto para ajudar a família, como para ter autonomia financeira.

Esse parece ser um anseio de jovens de outras ruralidades, pois nos estudos a que tive acesso, observei que a escolarização e a capacitação profissional são muito valorizadas tanto entre os jovens quanto entre os adultos (a maior parte pais desses jovens). Capacitação, essa considerada pré-requisito para alcançar um bom futuro, conforme essa jovem indica no trecho da narrativa a seguir:

> E aí assim, a juventude sempre teve aquela questão; os mais interessados [pelo assentamento] sempre são os que são interessados também por estudo. O Ulisses né, começou a interagir no grupo. Está interagindo, mas: "Não, tem os meus estudos. Aqui não tem como eu estudar, não tem facilidade para eu ir, para eu voltar. " A gente corre o risco! Então, teve que se afastar do assentamento aqueles que, né! Que tem mais vontade. E isso também interfere muito. Por que eles não podem deixar de estudar para ficar aqui, focando no grupo de jovens, né! Tem que procurar um futuro. Isso vai acontecer com muitos (Jovem Ana Cleide, 32 anos, Vale da Esperança, 04.08.19) [Grifos meus].

Nessa e em outras narrativas, identifiquei referências sobre experiências de jovens que vivem a dualidade rural-urbano, que são vistos como tendo mais interesse em atuar como lideranças, seja no grupo de jovens, seja na comunidade, no intuito de buscar o melhor desenvolvimento da comunidade. São esses mesmos que mais prolongam os estudos. Por esse motivo acabam se afastando e não tendo tanto "tempo" para a comunidade. Ao se envolverem com seus estudos, após conclusão desses, constroem seus futuros na cidade, onde parecem encontrar mais oportunidades, consideradas mais atraentes para responderem às exigências postas pelo mundo contemporâneo. Observei que esses jovens muitas vezes sentem-se frustrados em razão da impossibilidade de contribuir com a construção do futuro do seu lugar, pois de alguma forma, não têm mais o domínio do seu próprio tempo.

Em várias narrativas há indícios de que essa busca por oportunidades no urbano, gera, nos jovens do Vale, uma fragilização dos vínculos com a comunidade e até mesmo com a própria dinâmica do rural. Fragilizam-se os relacionamentos, a vinculação com a terra e até com a própria luta e organização deles mesmos como grupo, considerando sua história de sem-terra.

No entanto mesmo diante desse esquecimento das políticas voltadas às juventudes rurais, os jovens do Vale, tem se despertado e encontrado alternativas para lutar por sua autonomia. Durante o período da pesquisa, observei o início de um belo processo de transformação entre os jovens do Vale da Esperança, a partir de um

projeto proposto por uma equipe técnica, vinculada à Feira de Base Agroecológica da Universidade Federal do Piauí (Feira – UFPI), da qual a comunidade já participa. Destaco que os jovens do Vale foram os primeiros a serem escolhidos, dentre jovens de outras comunidades a participar, por todo o seu potencial em produzir e desenvolver ações coletivas de impacto positivo para sua comunidade. Este projeto busca incentivar e prestar assessoria técnica ao grupo de jovens da comunidade para que eles desenvolvam projetos de produção agrícola e criação de animais para geração de renda, tanto individual, quanto coletiva. O intuito é de que jovens não necessitem mais buscar essa renda fora, na cidade. Que possa ter sua autonomia financeira a partir da produção na terra no próprio Vale. O projeto procura desenvolver potencialidades de jovens e em sua própria terra, por meio de capacitações para os preparar para a produção. Identifiquei empenho e empolgação de alguns para essa mudança de perspectiva. No entanto, trata-se de um processo, e ainda nem todos os jovens estão dispostos a se envolver. Porém acredito que levará um tempo para que haja uma mudança de pensamento, tendo em vista que diariamente esses jovens são levados a crer que não há futuro no rural. O projeto tem se desenvolvido com a formação de um pomar, ainda com poucos jovens envolvidos, a tendência é que mais jovens possam se envolver no mesmo.

Nesse contexto, é importante lembrar que, não cabe julgar os jovens do Vale acerca de suas decisões de permanecia e continuidade no campo, colocando-os como personagens heroicos capazes de reverter, individualmente, este quadro de saída para a cidade. Estes jovens estão sim buscando sua autonomia, mas isso não exime a necessidade de políticas públicas efetivas que deem conta das demandas das juventudes rurais e mais especificamente, das demandas dos jovens do Vale. Portanto, é necessário problematizar essa condição, partindo, obviamente, da compreensão de que deve haver uma mudança de pensamento, uma transformação social profunda que demanda grandes ações coletivas de caráter público que, de fato transformem a enorme desigualdade social que atinge as juventudes, especialmente as rurais.

De acordo com Castro (2009), teoricamente, e para fins de políticas públicas, os jovens ocupam o lugar de sujeitos determinantes para o desenvolvimento do

território rural. Desse modo chama a atenção para a importância do protagonismo da juventude rural, na construção da política relacionada às suas demandas, para que esses jovens permaneçam ou não em seus territórios, e possam produzir, sendo responsáveis pela manutenção e expansão do patrimônio familiar.

Mas, cabe ressaltar, que o papel do jovem rural, geralmente restringe-se apenas ao de agente produtivo na conservação e ampliação do patrimônio familiar. Castro (2009) e Carneiro (1998) concordam que pode representar que haja uma segregação entre a juventude e as demais dimensões da vida social dos mesmos. Alguns estudos referem-se aos jovens apenas em sua "[...] condição de aprendiz de agricultor no interior dos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, o que os tornam adultos precoces já que passam a ser enxergados unicamente pela ótica do trabalho". (CARNEIRO, 1998, p. 1).

A maior parte dos jovens do Vale encontra-se na situação de apenas herdeiros da propriedade rural de seus pais, apenas alguns poucos, geralmente aqueles que já contraíram matrimônio e/ou tem filhos, possuem lotes de terra no assentamento, conquistados por meio de sorteio. No entanto, diante das barreiras encontradas em cultivar em sua própria terra, numa ação de protagonismo juvenil, o grupo de jovens da comunidade decidiu reivindicar, junto à associação de moradores do assentamento, um lote de terra para que pudessem cultivar coletivamente, e desenvolver o projeto de que me referi anteriormente. Após discussões em assembleias e a luta das principais lideranças jovens com a direção do assentamento, enfim o grupo de jovens conquistou seu pedaço de terra onde hoje cultiva seu pomar.

As ações de políticas públicas voltadas às juventudes rurais, em sua grande maioria, também caminham nessa direção, de colocar o jovem apenas no lugar de mantenedor da propriedade rural herdada pelos pais, e não de proporcionar a autonomia aos mesmos, dando-lhes acesso à terra, e ao crédito. E mais, tais políticas públicas negligenciam outros aspectos fundamentais da vida social desses jovens, justamente por só os enxergarem pela ótica do trabalho.

Como exemplo, no Vale, não verifiquei, qualquer política de lazer voltada para a juventude. A única praça que há na comunidade, na qual os jovens desfrutam para desenvolverem suas principais atividades de lazer, não tem sequer energia pública de

qualidade para funcionar, o que mostra o desinteresse do poder público em observar e responder a outras dimensões importantes na vida destes indivíduos.

Esse olhar restrito relacionado à condição da juventude, de acordo com Carneiro (1998), só deixa clara a necessidade de se expandir o foco dos estudos para outras dimensões da vida social, para além da esfera econômica e produtiva, enquanto construção social.

Barcellos (2014) afirma que, tomando como referência as potencialidades e fragilidades vividas pelas juventudes rurais na diversidade de suas trajetórias, que passam pela falta de acesso à terra, educação, lazer, saúde e recursos de credito financeiro para investimento na propriedade rural, essas poderiam ser supridas por meio da implementação de programas de políticas públicas efetivas. E ainda, conforme o autor, a juventude também precisa ser considerada como protagonista que tem potencial de se articular politicamente, na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas que atendam às suas próprias demandas. Nessa perspectiva, a juventude se apresenta como tema transversal, devendo ser abordado no escopo das políticas públicas voltadas para a área social (BARCELLOS, 2014).

Nesta direção, Barcellos (2014, p.190), aponta para a relevância em considerar "[...] os novos perfis identitários que vêm sendo gestados nos diferentes contextos sociais em que interagem os diversos estratos sociais da juventude", no processo de estruturação das políticas públicas.

> [...] pensar a categoria juventude, na sua maior diversidade possível, exige que se inclua também nas análises e nas políticas as redefinições nos perfis identitários e as temáticas de gênero, geração, raça, etnia, sexualidade etc., visando dar conta das várias dimensões que constituem a totalidade da vida social da juventude e que têm sido afirmadas de forma recorrente pelos próprios jovens nos eventos organizados, seja pelo Estado, seja pelos movimentos sociais, entre outros (STROPASOLAS, 2014, p.195).

Em relação às políticas públicas para a juventude rural, em 2011 o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural (Condraf), através da Resolução nº 79, dispõe acerca tanto da proposição quanto do acompanhamento de políticas públicas, prevendo que estas sejam finalísticas e/ou transversais direcionadas aos jovens rurais, no intuito de atender às suas demandas. Mas o que se espera é que sejam efetivas e que envolvam seus principais atores: as juventudes rurais!

Segundo Castro (2016, p. 104) as institucionalidades constituídas nos últimos anos, a exemplo da SNJ e do Conjuve, foram cruciais para que a temática da juventude ganhasse evidencia no cenário nacional, caracterizando um fundamental avanço do reconhecimento social desta categoria. Este processo "[...] que envolveu múltiplos atores, e o reconhecimento do papel da juventude como um ator político desse processo da disputa da sociedade brasileira e mais especificamente no tema agrário". Entre os principais avanços, a autora aponta o "[...] reconhecimento social da juventude rural que sempre teve um espaço muito invisibilizado nessas representações sociais e acadêmicas de juventude", além da ampliação e diversificação da categoria juventude rural para as juventudes do campo, das águas e da floresta "[...] como um processo de auto-construção de identidades políticas".

Acerca do caráter particular do território rural, os desafios ainda são incontáveis, a serem enfrentados pelas diversas juventudes que constroem suas histórias nesse território. Entre os quais destaca o Conjuve (2006, p. 36), "[...] a precariedade e, inclusive, a ausência das políticas públicas que estimulem e [...] garantam o acesso à terra e aos mecanismos para torná-la produtiva e sustentável, assim como assegurem os direitos trabalhistas". Ademais, é imperativo a implementação de políticas que assegurem o acesso a serviço de infraestrutura-social nos âmbitos da cultura, educação, saúde e lazer, estratégias que reduzam o esvaziamento das populações campesinas e a masculinização do território rural, ocasionadas, pela falta de perspectiva de permanência no campo que força migração, como única alternativa, e não como escolha, como exercício de liberdade de cada jovem.

Concluí a investigação com esses jovens rurais do Vale da Esperança no ápice da pandemia da Covid-19. E a partir dessa experiência pude observar alguns dos efeitos danosos dessa pandemia, como, tornar ainda mais evidente todos os dilemas envolvendo as políticas públicas para as juventudes rurais, e escancarar a desigualdade social em todo o país, sobretudo entre os jovens dos territórios rurais. No entanto, tomando como referência o exemplo de jovens do Vale, esse momento de crise, também evidenciou o quanto os jovens rurais são capazes e necessários na definição de políticas voltadas para a resolução de suas demandas e diminuição das

desigualdades sociais que os atingem. Essa necessidade pode ser compreendida a partir do potencial de enfrentamento da pandemia, engendrado pelos jovens do Vale.

4 ENFRENTANDO A PANDEMIA: limites e resistências no Vale

A pandemia da Covid-19, que atingiu todo o mundo, e que tem como principal estratégia de enfrentamento para evitar sua disseminação, o distanciamento físico, adotada pelos governos brasileiros. Evidentemente, a adoção dessa política exigiu o fechamento de espaços de aglomeração de pessoas como centros comerciais, feiras livres e escolas. Além de afetar a economia do país, resultou em grande impacto na geração de renda dos mais pobres, sobretudo, para quem vive da agricultura familiar que, sem as feiras, fica inviabilizado de vender suas produções. Essa medida tem impactado fortemente o território rural que, desde muito tempo, padece de uma série de problemas relacionados à desigualdade social em relação ao acesso: ao trabalho, a educação, dentre outras questões.

No rural os jovens são os mais expostos aos danos que a pandemia vem causando, e, em contato com os jovens da comunidade, tomei conhecimento de que os impactos para eles têm sido inúmeros. No que se refere à educação, a pandemia só veio reforçar o quanto esta realidade é excludente para com as populações mais pobres, especialmente, as rurais. No Vale, como na maioria dos territórios rurais brasileiros, a internet não é democratizada para todos. Desse modo, muitos jovens do Vale acreditam que terão um grande atraso escolar, especialmente, pelo fato de todos estudarem em escolas públicas, as mais afetadas pelos efeitos danosos da pandemia. Porém, a comunidade tem buscado alternativas para organizar-se no intuito de amenizar os efeitos dessa situação entre seus estudantes, criando estratégias para que os alunos acessem os conteúdos escolares, sem que crianças, jovens, adultos e idosos fiquem expostos à doença.

Além disso, no Vale, o escoamento da produção dos agricultores, tornou-se um problema, em razão das condições impostas pela pandemia. Com o advento da Covid-19, obviamente houve a suspensão da Feira - UFPI, principal canal na qual agricultoras do Vale vendiam seus produtos, e as mesmas deixaram de ter seus

canais de comercialização. Sem esses canais, as mulheres da comunidade que participavam das feiras, ficaram sem alternativa de vender seus produtos.

O grupo do Vale da Esperança, que comercializava nas feiras, é maioria de mulheres idosas, mas há também jovens mulheres. Conforme narrativas, mesmo no início da pandemia, as agricultoras continuaram a produzir normalmente, mas a produção foi se acumulando, sem que as mesmas conseguissem escoar. A alternativa proposta pelo grupo de jovens foi buscar uma maneira de se adaptarem ao momento atual, enfrentando a situação a partir da construção de resposta ágil à crise que se instaurou na comunidade, quando as agricultoras temiam bastante a pandemia, não apenas a doença, mas as consequências econômicas decorrentes dela. As jovens tiveram a iniciativa de inovar e construir um novo modelo de comercialização dos produtos pela via digital, associado ao *drive-tru*. Assim, além de produzir, passaram a assessorar as demais produtoras. Pensaram um ponto estratégico da cidade Teresina, com a devida autorização da prefeitura, e iniciaram a venda. Realizaram, assim, o trabalho redefinição da nova sistemática de vendas dos produtos, reorganizando o processo de comercialização, antes realizado apenas na Feira.

Conforme as narrativas de jovens do Vale, fica evidente a compreensão da grande crise econômica e de emprego que o país vem enfrentando durante a pandemia e no pós-pandemia. Essa compreensão, impulsionou o interesse de alguns pela agricultura, fazendo com que passassem a encontrar na terra uma oportunidade de futuro, e assim começarem a produzir. Os que já produziam, intensificaram sua produção, pois viram na agricultura o seu sustento. E nesse sentido as lideranças juvenis persistem no trabalho de incentivar os jovens a produzir, e narram que embora haja dias em que “bata o desânimo”, eles seguem resistindo.

Contudo, no Vale, há predominância de jovens rurais com potencial de participação em processos bastantes diversos, inclusive na construção de políticas públicas de seu interesse. Esse potencial foi identificado a partir do protagonismo desses e dessas jovens na própria comunidade, por meio do desenvolvimento de diversas atividades de importância social, que impactam a comunidade como um todo. Lá, esses jovens são responsáveis pela organização de atividades comemorativas, culturais e de lazer da comunidade. Além disso, organizam sua própria produção

coletiva para geração de renda. Alguns participam efetivamente da tomada de decisões na comunidade, como fortes lideranças que levam as pautas da juventude para serem discutidas por toda a comunidade, não permitindo o seu silenciamento diante da cultura adultocêntrica em que vivemos. Há jovens que se envolvem em organismos políticos e movimentos sociais que carregam as bandeiras levantadas pelo movimento sem-terra, e com isso aportam relevantes debates e informações para a comunidade acerca de suas bandeiras de luta.

5 CONCLUSÃO

Em meio a pandemia de Covid-19 esses jovens demonstraram um enorme potencial de resolução de problemas e de enfrentamento de crises, com criatividade e resiliência, se reinventando e criando alternativas viáveis no gerenciamento de um novo modelo de comercialização da produção agroecológica da comunidade. Ademais todas essas áreas de atuação, além de alguns serem produtores da terra, esses jovens, com aguçado senso crítico, são capazes de elaborar sobre sua própria condição, tempo e espaço, de maneira inteligente, construindo seus próprios saberes.

Assim, acredito que é necessária uma compreensão das juventudes rurais como diversa e multidimensional, reconhecendo os jovens como sujeitos de direito, com autonomia e corresponsabilidade nas ações referentes às políticas públicas que correspondem à suas demandas. Afinal, a partir da realidade de jovens do Vale da Esperança é possível constar a capacidade de buscar autonomia, potencialidade para a construção de saídas mediante a ineficácia das próprias políticas, enfrentamento a situações de crise e a visão ampla e diversa da realidade, fundamental para a transformação da atual situação das políticas públicas do país. Desse modo, é imperativa a necessidade de as juventudes rurais a participarem da construção das políticas públicas desse país, pois assim teremos um Brasil rural melhor e mais justo.

É necessário ainda considerar a complexidade na implementação das ações integradas de tais políticas, no sentido de que seja considerada toda a diversidade social, que permeia as juventudes rurais. Elas não podem mais ser vistas de maneira homogeneizada, é preciso rever o modelo setorizado e individualizado das políticas,

questionar os padrões de gestão, implementação e avaliação das políticas, sobretudo a nível local. E é nesse âmbito que os jovens tem papel fundamental!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil**: atores e fluxos políticos nesse processo social. Tese (Doutorado em CPDA) - UFRRJ, 2014. Disponível em: < http://r1.ufrrj.br/cpda/wpcontent/ uploads/2014/10/Tese-Sergio-Botton-Barcellos.pdf>. Acesso em: 12 julho 2020.

CARNEIRO, Maria Jose Teixeira. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R..; Costa, L.F.C. (Org.). **Mundo Rural e Política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Latinoamericana de ciencias sociales**. v. 7, n. 1, pp. 179- 208, 2009. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/773/77307108.pdf> Acesso em: 12 julho 2020.

_____, E. G. de. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. IN: **Revista de Ciências Sociais -** Política & Trabalho, nº 45, ISSN 1517-5901 (online), julho/dezembro de 2016, p. 193-212. Disponível em: < file:///C:/Users/rayan/Downloads/30734-80569-1-PB.pdf > Acesso: 13. Junho. 2018.

_____, E. G. de. PNRA e juventude rural: 30 anos depois – balanço e apontamentos em um contexto de ruptura institucional. **Retratos de Assentamento**. v.19, n.2, 2016. pp. 98-124. Disponível em: http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/240. Acesso em: 12 julho 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE et. al (Org.) (CONJUVE). **Política nacional de juventude:** diretrizes e perspectivas. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

SILVA, Valéria. Dialogos juvenis no sudoeste piauiense: as juventudes, o rural e a cidade. IN: LUZ, Lila Cristina Xavier; ADAD, Sara Jane Holanda Costa; SILVA, Valéria. (Orgs.) **Juventudes Rurais e Urbanas**: territórios, culturas, sociabilidades e identidades. Teresina-PI, EDUFPI, 2016, pp. 89 – 125.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil.** Brasília: Presidência da República, 2014, p. 178-196.